

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.048 - AL (2018/0345856-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : CARLOS ANDRE DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **CARLOS ANDRE DOS SANTOS** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

O recorrente pleiteia a revogação da prisão preventiva, por inidoneidade do decreto prisional.

**É o relatório.**

Decido.

É manifesta a superveniente a perda de objeto do presente recurso, pois, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico do TJAL, o recorrente foi condenado à pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão pela prática do crime de roubo majorado, vedado-lhe o direito de recorrer em liberdade, nos seguintes termos:

"...a maneira reiterada com a qual o denunciado se vê envolvido em crimes é indicativo de que sua liberdade é um perigo à ordem pública instituída. Nesse toar, registre-se que o réu está sendo processado pelos crimes de associação criminosa e roubo majorado pelo uso de arma e pela restrição da liberdade das vítimas nos autos de 0715658-62.2018, contando, inclusive, com mandado de prisão preventiva em seu desfavor no referido processo."

De acordo com o entendimento da Quinta Turma desta Corte, "a superveniência de sentença de pronúncia ou condenatória não constituirá 'título novo', de modo a prejudicar o conhecimento do *habeas corpus*, se a ela nenhum fundamento novo for acrescentado" (HC 288.176/SP, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO, julgado em 25/11/2014).

No caso, o decreto prisional sofreu inovação, tornando-se novo título ao agregar como fundamento a periculosidade do recorrente a respaldar a preventiva pelo risco de reiteração delitiva.

Desse modo, a discussão posta acerca do decreto de prisão preventiva do paciente encontra-se superada, pois, configurando a sentença um novo título, necessária a prévia submissão da matéria ao Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

Por fim, prolatada sentença condenatória em desfavor do recorrente, encontra-se superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INTEGRANTE DO PCC. ALEGAÇÃO DE

EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIENTE SENTENÇA. PLEITO PREJUDICADO NESTA PARTE. [...] *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...]

III - A superveniência da sentença implica perda de objeto quanto ao alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

[...]

*Habeas corpus* não conhecido."

(HC 312.391/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 21/09/2015.)

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO. PRISÃO PREVENTIVA. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS ANTERIORES NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE NOVO TÍTULO. SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. *MODUS OPERANDI*. SUBMISSÃO DAS VÍTIMAS A INTENSO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA.

[...]

2. A alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução criminal encontra-se superada pela superveniência de sentença condenatória.

[...]

7. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 308.088/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 11/03/2016)

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator